



REVISTA  
Casa da

ISSN 2316-8056

**GEOGRAFIA**  
de Sobral

## A FRUTICULTURA IRRIGADA DO SUBMÉDIO DO RIO SÃO FRANCISCO NA ESTEIRA ESTRATÉGICA DO AGRONEGÓCIO

Irrigated Fruit Production in the Sub-Middle São Francisco River Region within the Strategic Framework of Agribusiness

La fruticultura irrigada del Submedio del Río São Francisco en la estela estratégica del agronegocio

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v28.1127>

Luis Eduardo Cunha Silva<sup>1</sup>

Camila Dutra dos Santos<sup>2</sup>

Histórico do Artigo:

Recebido em 22 de abril de 2025

Aceito em 05 de maio de 2026

Publicado em 19 de maio de 2026

### RESUMO

A compreensão da realidade concreta do semiárido brasileiro, sob a ótica da Geografia, constitui o pressuposto fundante deste estudo. A partir das transformações na paisagem do Submédio do Rio São Francisco, analisa-se a inserção da fruticultura irrigada como estratégia de subordinação dessa extensão empírica aos circuitos de produção do agronegócio em escalas nacional e internacional. Para tanto, o presente trabalho fundamenta-se na centralidade do Estado no planejamento e na execução de ações que consolidaram a região como referência produtiva. A metodologia pautou-se por levantamento bibliográfico e documental, além da realização de trabalhos de campo. Os resultados expõem que a ação estatal foi o pilar essencial para a estruturação e consolidação do território produtivo regional.


**Palavras Chave:** Submédio. Estado. Semiárido. Fruticultura Irrigada.

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (ProPGeo/UECE). Email: edugeo.cunha@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-0141-3304>

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (PropGeo/UECE).

Email: camila.dutra@uece.br

 <https://orcid.org/0000-0002-9453-5983>

**ABSTRACT**

The understanding of the concrete reality of the Brazilian semi-arid region, through the lens of Geography, constitutes the founding premise of this study. Based on the transformations in the landscape of the Sub-middle São Francisco River region, this work analyzes the insertion of irrigated fruit farming as a strategy for subordinating this empirical extension to agribusiness production circuits on both national and international scales. To this end, the study is grounded in the centrality of the State in planning and executing actions that established the region as a benchmark in fruit production. The methodology was based on bibliographic and documentary research, as well as fieldwork. The results reveal that state action was the essential pillar for the productive structuring and consolidation of the regional territory.

**Keywords:** Mid-Lower. State. Semi-arid. Fruit Farming.

**RESUMEN**

La comprensión de la realidad concreta del semiárido brasileño, bajo la óptica de la Geografía, constituye el presupuesto fundante de este estudio. A partir de las transformaciones en el paisaje del Submedio del Río São Francisco, se analiza la inserción de la fruticultura irrigada como estrategia de subordinación de esa extensión empírica a los circuitos de producción del agronegocio en escalas nacional e internacional. Para tal fin, el presente trabajo se fundamenta en la centralidad del Estado en la planificación y ejecución de acciones que consolidaron la región como referente productivo. La metodología se basó en el levantamiento bibliográfico y documental, además de la realización de trabajos de campo. Los resultados exponen que la acción estatal fue el pilar esencial para la estructuración y consolidación del territorio productivo regional.

**Palabras Clave:** Curso Medio-bajo, Estado, Semiárido, Fruticultura.

**INTRODUÇÃO**

O desafio acadêmico de pesquisar o agronegócio na atualidade, envolve o reconhecimento da complexa difusão das relações produtivas de acumulação do capital junto à exploração do trabalho e dos recursos naturais no espaço agrário brasileiro. Ao longo dos anos, o desenvolvimento das forças produtivas nas extensões do território nacional alterou a agricultura através de elementos endógenos e exógenos. Para além da localização de empresas multinacionais no campo, a reestruturação produtiva impõe o maior uso e exploração da propriedade privada, assim como de incrementos tecnológicos e insumos químicos, consolida a especialização das cadeias de plantio, subordina a mão de obra campesina ao assalariamento e insere regiões antes consideradas periféricas da produção agrícola aos circuitos avançados de acumulação do capital.

Segundo Cavalcante (2019), a reestruturação produtiva foi responsável por elevar a produção agrícola brasileira a novos índices, transformando os espaços agrícolas do país em lócus da reprodução do sistema capitalista. Assim, tal movimento objetivou integrar regiões cada vez mais diversas aos circuitos de comando do capital. Na perspectiva de Santos (2016), esse processo promoveu mudanças na base técnica, econômica e social das relações no campo, e impulsionou especializações territoriais.

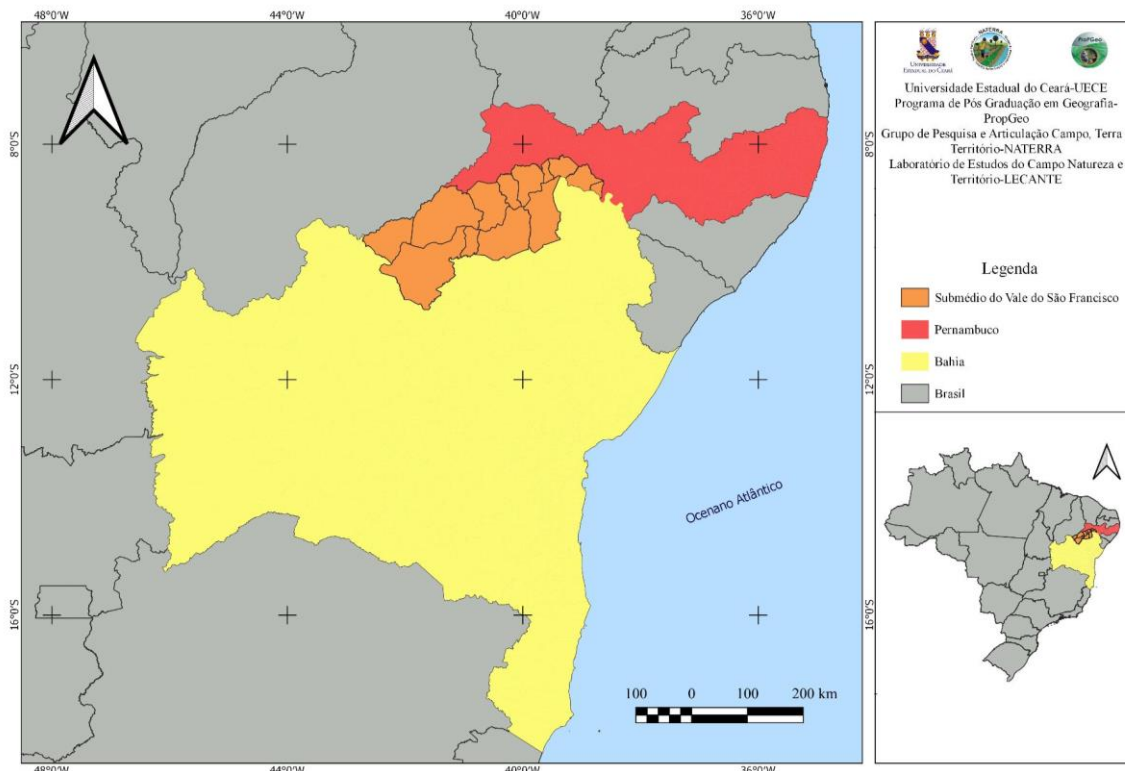
Para a realização de tamanha transformação, o capital, em sua condição de reprodução do capitalismo agrário, instrumentaliza o Estado para a legitimação e institucionalização da sua hegemonia,

não apenas nas condições agrícolas, mas também na sociedade como um todo.

Diante desse pressuposto, no que se refere ao nosso objeto empírico de pesquisa situado no Submédio do Rio São Francisco, as obras de infraestrutura hídrica em torno dos perímetros irrigados e açudagem de reservatórios passam a atender aos interesses de empreendimentos do agronegócio voltados para a monocultura de frutas, especialmente no que se refere à manga e à uva.

Destarte, a escrita do presente artigo é desenvolvida a partir de uma análise sobre a expansão dos empreendimentos irrigados e a sua condição de expropriação das terras agricultáveis para a consolidação de um modelo de fruticultura de base agroexportadora na região do Submédio do Rio São Francisco (Figura 1), entre a fronteira dos estados da Bahia e Pernambuco. No território baiano, localizam-se os municípios de Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso, Sento Sé e Sobradinho. Já na extensão pernambucana encontramos: Belém do São Francisco, Cabrobó, Itacuruba, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista. A dimensão produtiva da fruticultura irrigada nos municípios citados é tão significativa que os dados e informações que pesquisamos são analisados a partir de uma escala regional, denominada Região do Submédio do Rio São Francisco.

**Figura 1:** Mapa de Localização dos Municípios do Submédio do Rio São Francisco.

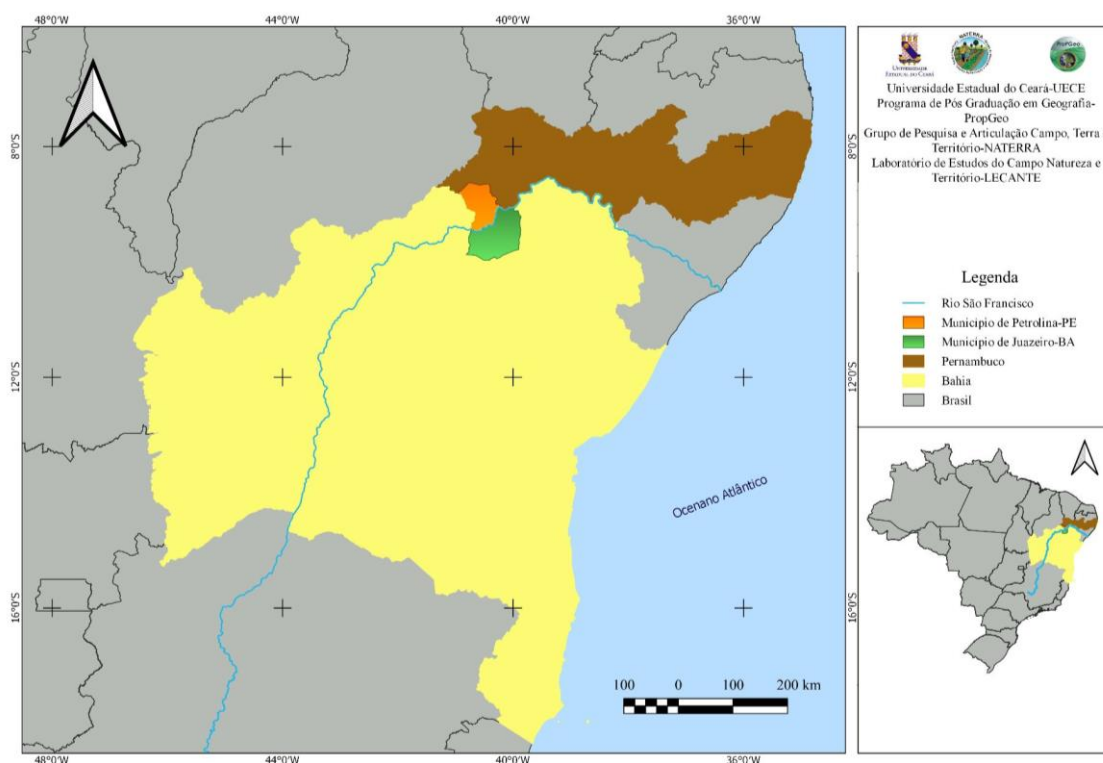


**Fonte:** Base Cartográfica IBGE (2021)/Datum SIRGAS 2000.

**Elaboração:** Autores.

Cabe ressaltar que o Submédio do Rio São Francisco apresenta, nos municípios de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, dois polos de centralidade das relações campo-cidade (Figura 2). Tais cidades destacam-se como as mais importantes da região de fruticultura irrigada do Submédio. Para Elias (2022), realidades como a de Juazeiro e Petrolina são cada vez mais presentes no processo de difusão do espaço agrário brasileiro, essencialmente na abordagem sobre o incremento dos fundamentos de uma reestruturação produtiva de intensas transformações das atividades agropecuárias e no uso e ocupação do solo nas últimas cinco décadas

**Figura 2:** Mapa de Localização dos Municípios de Juazeiro e Petrolina.



**Fonte:** Base Cartográfica IBGE (2021)/Datum SIRGAS 2000.

**Elaboração:** Autores.

Selecionamos, portanto, essa região para o foco analítico deste artigo, apresentando principalmente os desdobramentos da irrigação nas culturas da manga e da uva, as principais mercadorias produzidas e comercializadas nas terras irrigadas da região.

Dito isso, o presente artigo objetiva compreender a fruticultura irrigada do Submédio Rio São Francisco na condição estratégica de atendimento ao agronegócio.

A metodologia organiza-se a partir da elaboração de uma hemeroteca, pesquisas bibliográficas e documentais, além de reflexões sobre conceitos e categorias. Foram realizados trabalhos

de campo na região para confirmar ou questionar os dados secundários obtidos em publicações de setores vinculados à fruticultura irrigada, disponíveis tanto em acervos de órgãos estatais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e o Banco do Nordeste, bem como de entidades privadas, a exemplo da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados (Abrasfrutas). Com essa base, foi possível interpretar os elementos da paisagem agrária que consolidam o Submédio do Rio São Francisco como um dos mais importantes polos produtores de frutas do mundo na atualidade.

Em síntese, para além desta introdução, o artigo organiza-se em quatro seções. A primeira busca situar o leitor nas dimensões da reestruturação capitalista responsável por integrar o Nordeste brasileiro aos circuitos produtivos da agricultura de mercado, sob a égide de um projeto desenvolvimentista nacional. Em seguida, o debate centraliza-se nas transformações da paisagem semiárida no Submédio do Rio São Francisco, decorrentes dos empreendimentos irrigados e da consolidação de monoculturas como a manga e a uva. Posteriormente, apresenta-se o cenário atual da fruticultura regional em escalas mundializadas de produção. Por fim, as análises são sintetizadas nas considerações finais do texto.

## **A TRAJETÓRIA DE INSERÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO AO CIRCUITO DA FRUTICULTURA**

A história da territorialização do modo de produção capitalista revela crises econômicas cíclicas seguidas de reestruturações produtivas, que constituem o foco analítico para a compreensão da função do Estado nas relações de reprodução espacial. A exposição crítica acerca dos ciclos de instabilidade não provém apenas de segmentos contrários à hegemonia do capital; observa-se que setores da infraestrutura estatal também reproduzem sazonalmente o discurso da “crise econômico-financeira”. Isso acaba por forjar a necessidade de intervenção via políticas públicas, as quais tendem a ampliar estratégias voltadas à inserção de regiões cada vez mais subordinadas aos circuitos globais do capital

Sobre isso, Carlos (2015) nos chama a atenção para o fato que:

O Estado desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço inteiro (elemento que se encontra na base da construção de sua racionalidade) produzindo-o enquanto instrumento político intencionalmente organizado e manipulado. O espaço é, portanto, um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante, que diz representar a sociedade, embora não abdique de objetivos próprios de dominação e que usa as políticas públicas para direcionar e regularizar fluxos, centralizando, valorizando e desvalorizando os lugares através de intervenções como “ato de planejar” (2016, p.76).

Nesse sentido, as estratégias de reestruturação produtiva que se originam no Estado também se constituem como objeto de análise para o entendimento da existência e funcionalidade da própria infraestrutura estatal. Diante de uma sociedade estruturada a partir do fortalecimento da propriedade privada, da divisão internacional do trabalho e da expansão desigual entre os povos, analisar as intencionalidades econômicas por detrás das ações do Estado torna-se um princípio elementar para a compreensão das estratégias de acumulação do capital.

Para Lima (2012), o Estado serve como anteparo das pressões exercidas pela classe subordinada, no interior da sociedade produtora de valor, ao ponto em que também intervém na economia e age no intuito de garantir a manutenção da propriedade privada.

Tais pressupostos são, inclusive, sustentados por Offe (1984). Segundo o autor:

Daí resulta, como problema estrutural do Estado capitalista que ele precisa simultaneamente praticar e tornar invisível o seu caráter de classe. As operações de seleção e direcionamento de caráter coordenador e repressor que constituem conteúdo de seu caráter classista precisam ser desmentidas por uma terceira categoria de operações seletivas de caráter ocultador as operações divergentes, isto é, as que seguem direções opostas. Somente a preservação da aparência da neutralidade de classe permite o exercício da dominação de classe. (1984, p.163).

Mediante isso, as transições das reestruturações produtivas do modo de produção capitalista, ao longo da História, são entendidas como estratégias de restabelecimento do lucro nos patamares exigidos pelo próprio regime de acumulação do capital e superação das crises, onde o Estado atua para a manutenção das relações de produção, acumulação de riqueza e exploração do trabalho.

Nesse sentido, as relações capitalistas, em suas condições elementares de reprodução, têm a sua dominação não limitada ao controle dos indivíduos nos ambientes de produção das mercadorias, mas também em todas as esferas da vida cotidiana. Logo, em sua totalidade de existência, a atuação ideológica é de tamanha intensidade para a sua acumulação, que permanece de maneira hegemônica na sociedade, ao ponto de estabelecer uma falsificação de conciliação entre classes antagônicas.

Nas esferas ideológicas das ideias, Chauí (1980) reforça o debate sobre a ideologia, afirmando ser esse um dos instrumentos dominantes da classe burguesa e uma das formas concretas de exposição das contradições presentes na sociedade.

Para a autora:

Se a história é o processo prático pelo qual, homens determinados em condições determinadas estabelecem relações sociais por meio das quais transformam a Natureza (pelo trabalho) se dividem em classes (pela divisão social do trabalho que determina a existência de proprietários e de não proprietários), organizam essas relações através das instituições e representam suas vidas através das ideias, e se a história é da luta de classes, luta que fica

dissimulada pelas ideias que representam os interesses contraditórios como se fossem interesses comuns de toda a sociedade (através da ideologia e do Estado), então a história é também o processo de dominação de uma parte da sociedade sobre todas as outras. (1980, p.33).

Para isso, explora-se o discurso do crescimento econômico como forma de legitimar novos arranjos produtivos, utilizando os mecanismos burocráticos do Estado para promover a ideia de que tais transformações são necessárias para alcançarmos o desenvolvimento. Na concepção de Lisboa (2007), esse processo ocorre sobretudo porque tais premissas negligenciam tanto a análise histórica das sociedades quanto o seu desenvolvimento dialético.

Nessa perspectiva, remetemo-nos aos estudos de Celso Furtado (1983), visto que a concepção de crescimento econômico oriunda do Estado e estabelecida pelo pensamento dominante pode ser questionada a partir das contradições presentes em sua condição dialética de produção e reprodução espacial.

O autor salienta que:

Como negar que essa ideia de crescimento tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura tradicionais, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar forma de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? (1983, p.75-6).

Dito isso, situamos que a promoção do discurso de desenvolvimento nacional, calcada nos pilares da economia industrial e voltada aos países do capitalismo periférico, consolidou-se no espaço agrário brasileiro a partir das primeiras décadas do século XX. Para Oliveira (2008), mais especificamente, o período posterior a 1930 é definido como o encerramento de um ciclo produtivo e o início de outro, tal marco representa, em essência, o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início do domínio da estrutura urbano-industrial.

Nesse cenário de transformações, o Estado brasileiro promoveu o financiamento da expansão urbano-industrial, através da transição entre uma política de substituição das importações e ampliação das linhas de crédito para a produção nacional. O País abre espaço para uma nova perspectiva de projeto econômico, com base no fortalecimento da industrialização sustentada pelo Estado sob o governo getulista. “Apresentava-se naquele período um programa nacional de desenvolvimento com a utilização de política cambial, fiscal e creditícia” (Lisboa, 2007, p.67).

Nos desdobramentos dessas transformações, houve um aprofundamento da divisão social do trabalho, nos ditames da produção industrial que alterou, de maneira determinante, a organização do espaço geográfico brasileiro, promovendo assim a ascensão de uma burguesia industrial oriunda das oligarquias agrárias do país, como também de comerciantes e imigrantes que pautavam a defesa dos

seus interesses particulares, vinculados a manutenção da iniciativa privada. Coube a essa classe dominante, a responsabilidade de ocupar espaços governamentais do Estado, com o intuito de atender aos objetivos de um emergente investimento estatal nos setores agrícolas e industriais.

Sobre isso, Oliveira (2008) salienta que caberia aos setores estatais a execução de funções vinculadas ao projeto desenvolvimentista, mediando os conflitos das desigualdades espaciais. Para o autor, o Estado apropria-se de ações populistas sob uma hegemonia burguesa, consolidando um domínio que o instrumentaliza como força propulsora da expansão e dos interesses do capital.

Prova disso, são os processos de criação e fortalecimento de determinados órgãos estratégicos voltados à atuação da reestruturação produtiva do território brasileiro e, especificamente, nas extensões do semiárido nordestino. Inicialmente, podemos situar a criação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe<sup>3</sup>, como um importante marco para o desenvolvimento de projetos e estratégias que pudessem alterar as relações produtivas no Brasil e demais países latinos.

Nessa linha de interpretação, Francisco de Oliveira tornou-se, ao longo de sua valiosa trajetória intelectual, um dos grandes expoentes dos estudos sobre o cenário de criação da CEPAL e seus reflexos na estrutura produtiva brasileira. Na compreensão do autor, os fundamentos políticos da comissão econômica compreendiam as condições de reprodução capitalista nesses territórios a partir de uma lógica dualista de desenvolvimento, que identificava a presença de uma estrutura arcaica de produção como um entrave à promoção do desenvolvimento econômico. (Oliveira, 2008).

Assim, o plano de desenvolvimento da CEPAL resultava na coordenação de ações encaminhadas para a promoção das relações econômicas dos países entre si e com as economias imperialistas do capitalismo global.

Como forma de consolidar os seus planos de execução, a CEPAL preconizava a organização de uma diversificada base industrial no Brasil, que promovesse uma generalizada exportação de produtos industrializados para impulsionar a balança comercial dos países periféricos em território latino.

Concepções inclusive trabalhadas por Santos, A (2008) ao destacar que:

A opção desenvolvimentista preconizada pela CEPAL, pelos governos populistas e pelo Regime Militar primou por uma organização do espaço que elegeu a cidade e a indústria como basilares para alavancar a economia e alimentar a promessa de saída do subdesenvolvimento. Neste processo, o esvaziamento do campo era condição para acumulação do capital concentrado na cidade. Produziu-se uma desigualdade regional e uma distribuição desigual de serviços e infraestrutura (2008, p.81).

---

<sup>3</sup> Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Criada em 1948 como parte membro das Nações Unidas. Seu objetivo era promover o desenvolvimento econômico e social na região latino-americana e caribenha.

Com isso, a atividade industrial, promulgada pela CEPAL, em franca expansão no território brasileiro, exigia uma espacialização ampliada da infraestrutura produtiva. Condição não condizente com a realidade concreta do país, o qual passou a apresentar a alta desigualdade regional, marcada pela concentração produtiva na cidade de São Paulo, potencializando-a inclusive na condição de metrópole nacional nos meados do século XX. Em consequência, o território paulistano imprimiu os rumos decisivos do processo de acumulação da riqueza em escala nacional (Cano, 2002).

A manutenção desse espaço regional sob profunda concentração produtiva deu início à formulação de críticas ao modelo cepalino. Para Oliveira (2008), a proposta da CEPAL passou a sofrer inúmeros questionamentos no que tange aos desafios de superação do subdesenvolvimento e das assimetrias regionais brasileiras. Isso porque tal modelo não associava essas condições aos processos globais da totalidade do capital e seu movimento de expropriação econômica nas realidades dos países latinos.

Com isso, essas novas proposições de organização territorial que surgiram no Brasil, alinharam-se aos processos de reestruturação produtiva em escala global e favoreceram a permanência do discurso da elite política e econômica brasileira para a inserção do Brasil no grupo das nações industrializadas. No entanto, a nova estratégia de organização produtiva que se planejava para o país objetivava substituir o plano cepalino, e inserir a política do desenvolvimento regional como elemento fundante para os novos rumos do país.

As dimensões concretas dessas ações de planejamento regional, foram materializadas de maneira efetiva no ano de 1959, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste<sup>4</sup>, esta que proporcionou o início do debate sobre a industrialização como força motriz de mudança na infraestrutura produtiva em dimensões regionais do território brasileiro.

Compreende-se, portanto, que, a partir desses fatores, as estratégias de inserção do Nordeste brasileiro nos circuitos de produção de mercadorias em escala nacional e internacional apresentam uma atuação direcionada para projetos que favorecem, exclusivamente, os interesses do capital e das oligarquias regionais, beneficiárias dos financiamentos estatais para a produção agrícola.

A consequência imediata desse processo foi a defesa de uma política agrária que se ampliou nas esferas estatais sob a ótica do desenvolvimento econômico industrial, baseada em um plano de metas voltado à produção agrícola mecanizada.

Paralelamente, dois outros processos ganham destaque nas transformações produtivas no

---

<sup>4</sup> A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada em 1959 como parte de um esforço para promover o desenvolvimento econômico na região nordeste do Brasil.

campo brasileiro. O primeiro refere-se à tendência de abertura das fronteiras nacionais ao capital especulativo internacional como estratégia para atrair o excedente mundial de produção. Nessa perspectiva, diversos governos de países periféricos abandonaram as políticas protecionistas. O segundo elemento é a ascensão do modelo toyotista de produção, que se expandiu no Japão entre os anos 1950 e 1960 e, em seguida, nas décadas de 1970 e 1980, generalizou-se pelo mundo, agravando a precarização das relações de trabalho promovendo o 'sucesso' da reestruturação produtiva por meio de um processo flexível, adaptado às flutuações do mercado.

Tais condições, segundo os estudos de Pereira (1997), traduzem com precisão a organização do modo de produção capitalista em sua face neoliberal.

Segundo o autor:

O mercado ganhou muito mais espaço a nível mundial, rompeu ou enfraqueceu as barreiras criadas pelos estados nacionais, e transformou a competitividade internacional em condição de sobrevivência para o desenvolvimento econômico de cada país. As consequências foram, como acontece sempre quando o mercado prevalece, de um lado, mudanças na alocação dos recursos e o aumento da eficiência da produção; de outro, perda relativa da autonomia do Estado, que viu reduzida sua capacidade de formular políticas macroeconômicas e de isolar sua economia da competição internacional (1997, p.13).

O autor afirma ainda que as consequências dessas ações, para o Estado e a sociedade, começaram a surgir de maneira imediata, à medida que as orientações do mercado começam a prevalecer.

Para Santos (2016), o cenário de reestruturação desenvolvido pelo capital a partir da década de 1980 no campo da agricultura, estabelece condições favoráveis à expansão do agronegócio, com investimento maciço de capital público e privado na tecnificação do território.

Prova disso, é a consolidação da ampliação produtiva da fruticultura irrigada na região do Submédio do Vale do São Francisco, percebida ao analisarmos o pacote de insumos que o Estado, sob a lógica dos interesses do capital privado, direciona à região. Em decorrência disto, o Submédio do Vale do São Francisco representa na atualidade o mais importante polo fruticultor do Brasil. Em especial com massivos investimentos na cultura da manga e uva para o mercado nacional e internacional.

Tamanho é o destaque, que apesar dos anos iniciais da atual década do século XXI, a produção da fruticultura irrigada do Submédio já registrou números expressivos. A partir dos dados apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MIDIC/Comex) e que foram processados pelo Observatório do Mercado de Manga, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária<sup>5</sup>. Em 2023, os volumes exportados da mangicultura tiveram um aumento de 15% em

<sup>5</sup> Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), criada em 1973 e vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), é uma empresa pública de pesquisa voltada para o apoio nas atividades da agricultura e pecuária brasileira.

relação ao ano de 2021, com faturamentos de aproximadamente US\$ 315 milhões, valor este que ultrapassou os US\$ 249 milhões registrados em 2021, sendo esse o ano mais rentável anteriormente<sup>6</sup>.

O cenário produtivo da uva segue o mesmo ritmo de ampliação das relações de mercado. Tomando o ano de 2023 como referência, a produção de uva do Submédio assume papel de destaque. Isso ocorre porque, embora o Rio Grande do Sul seja o maior produtor do Brasil, respondendo por 54,6% da produção vitícola nacional, segundo a Embrapa, grande parte desse volume destina-se à indústria de bebidas. Ou seja, apenas uma pequena parcela dessa produção chega como fruta fresca à mesa dos consumidores. Nesse sentido, o Submédio do Rio São Francisco é a região que mais produz e exporta uva *in natura* no Brasil, tendo Pernambuco (59,63%) e Bahia (36,94%) como os estados com maiores produções voltadas à prática de comércio nacional e internacional.<sup>7</sup>

## O ARRANJO PRODUTIVO DA FRUTICULTURA IRRIGADA NO SUBMÉDIO DO RIO SÃO FRANCISCO

Investigar a fruticultura irrigada no Submédio do Rio São Francisco permeia diferentes complexidades da realidade concreta dessa região, principalmente nas últimas décadas em que se conheceu uma expansão da sua produção agrícola.

Ao longo dos anos, a atividade agrícola, nas mediações semiáridas do Submédio, se manteve discreta e dividindo a atenção local com a pecuária de modelo extensivo, a qual sempre foi a atividade econômica de destaque.

Conforme Andrade (1980), nas extensões de sequeiro ou nos ditos locais mais úmidos também chamados de “lagoas secas” e/ou “serras frescas”, situavam-se os locais para a prática das culturas de vazantes, conforme o regime fluvial do rio, assim eram deixadas áreas apropriadas para o cultivo do milho, feijão e sazonalmente de melancia e melão. Há ainda, registros de pequenos engenhos de açúcar e mel, além das casas de farinha. Era nessas mesmas áreas que se cultivavam frutas em pequena escala, com foco na comercialização dos excedentes e voltadas, essencialmente, para o autoconsumo das famílias e a venda em feiras livres locais.

A tomada de decisão em torno das práticas agrícolas que sustentam a fruticultura irrigada da manga e da uva, nos dias atuais, consolidou-se a partir da década de 1940. Naquele período, projetos e intervenções de irrigação baseados na exploração das águas do Rio São Francisco promoveram

---

<sup>6</sup> Embrapa: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/87702249/brasilbate-recorde-de-receita-e-exportacao-com-manga-produzida-no-nordeste>. Acesso em: 12 jun. 2024

<sup>7</sup> ABRAFRUTAS: <https://abrafrutas.org/2023/07/viticultura-95-de-toda-a-uva-de-mesa-exportada-pelo-brasil-sai-do-vale-do-sao-francisco/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

mudanças significativas na região. Esse processo coaduna-se com os desdobramentos da política de desenvolvimento econômico centrada na Conferência de Bretton Woods (1944), que instituiu, no cenário pós-Segunda Guerra Mundial, instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial destinadas a regular os fluxos financeiros e mitigar os ciclos de crise da economia capitalista.

Dentre as estratégias de reestruturação financeira, durante esse período citado, o Banco Mundial, junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), teve as suas ações estabelecidas para a assistência financeira aos países em desenvolvimento. A partir de então, o campo brasileiro foi palco de constantes experiências de financeirização e incentivos de infraestrutura nas cadeias de produção agrícola.

Tal como salienta Sousa (2013):

Assim, a política de “desenvolvimento”, centrada na criação do Banco Mundial nos anos da década de 1940, emerge internacionalmente nos anos de 1950, pelos empréstimos concedidos aos países do Terceiro Mundo, para que eles vivessem as mesmas experiências dos países capitalistas industrializados. Nesse sentido, a política creditícia, até então, era destinada a promover a industrialização e não a agricultura, considerada como setor de baixa produtividade. A referida política se intensifica nos países pobres por meio de projetos de “desenvolvimento” entendidos como grandes projetos de infraestrutura (barragens, ferrovias, estradas etc.) que dariam suporte à industrialização (2013, p.37).

Em adaptação a esse processo e sob o financiamento dos recursos internacionais, no caso particular do Submédio, o governo brasileiro, inspirado na experiência norte-americana do Vale do Tennessee, elaborou um plano de aproveitamento hídrico do Rio São Francisco. Segundo Bloch (1996), o projeto em questão objetivou a regularização do curso das drenagens hidrográficas através das barragens, infraestruturas de irrigação, geração de energia elétrica, mapeamento de recursos minerais e fomento às obras relacionadas às ferrovias, estradas e saneamento básico.

No direcionamento institucional dessas ações, ao longo da década de 1940, foram criadas: a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF)<sup>8</sup> e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF)<sup>9</sup>. Com isso, as intervenções técnicas de expropriação da água, que até a década de 1930 estava limitada ao uso de rodas d'água, passaram a ser substituídas por bombas elétricas e motores à combustão. Além disso, foram construídos os primeiros canais de irrigação nas margens do Rio São Francisco.

Os rebatimentos de toda essa dinâmica nas ações de consolidação da fruticultura irrigada estão situados na década de 1950, sob a intervenção do Estado. A partir dos projetos da CVSF e da SUDENE, a região passou a ser dotada de recursos científicos e tecnológicos direcionados aos

<sup>8</sup> A Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) foi precursora da CODEVASF, desempenhando funções governamentais no desenvolvimento e na gestão de recursos hídricos na região do Vale do São Francisco.

<sup>9</sup> A Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), fundada em 1945, é uma das maiores geradoras de energia elétrica do Brasil, sendo responsável pela operação de diversas usinas hidrelétricas ao longo do Rio São Francisco.

empreendimentos rurais. Cabe ressaltar que esse pacote de infraestrutura produtiva, contou com a participação da Food Agricultural Organization (FAO).

No decorrer da década de 1960, a SUDENE formulou o Plano Diretor para a Irrigação no Submédio, pautando-se em levantamentos pedológicos de áreas com potencial hídrico. A partir de então, diversos setores e infraestruturas de incentivo à produção foram direcionados à região, consolidando o Submédio do Rio São Francisco como um polo de desenvolvimento. A título de exemplo, destacam-se organizações fundamentais como o Banco do Nordeste, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), esta última com o papel estratégico de gerar dados e orientar técnicos no fomento a projetos vinculados à agricultura irrigada. Essa estratégia de integração alcançou, inclusive, a esfera educacional com a criação do curso de Engenharia Agrônômica em Juazeiro-BA, ainda nos anos 1960, por meio da Escola de Agronomia que, em décadas posteriores, seria incorporada à Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Dito isso, a atuação estatal, visando o fortalecimento agrícola do Submédio, transformou a paisagem da região, historicamente dependente dos curtos ciclos pluviométricos locais. Os incrementos em infraestrutura produtiva e logística impulsionaram as cadeias já presentes nas unidades de plantio, além de permitirem a consolidação da produção através dos perímetros irrigados<sup>10</sup> (Tabela 1).

**Tabela 1:** Perímetros Irrigados do Submédio do São Francisco-Codevasf em 2023.

Perímetros Irrigados	Localização	Ano	Área Irrigável	Lote Familiar	Lote Empresa	Investimento até 2023 (R\$)
Bebedouro	Petrolina-PE	1968	1.892 ha	1.034 ha	858 ha	8.916.450,31
Mandacaru	Juazeiro-BA	1971	445 ha	393 ha	52 ha	2.922.843,67
Curaçá	Juazeiro-BA	1980	4.343 ha	1.783 ha	2.560 ha	98.084.313,57
Maniçoba	Juazeiro-BA	1980	4.826 ha	1.820 ha	3.006 ha	126.210.605,07
Tourão	Juazeiro-BA	1979	14.260 ha	212 ha	14.048 ha	64.002.726,57
Nilo Coelho	Petrolina-PE	1984	18.051 ha	12.027 ha	6.024 ha	861.943.122,12
Salitre	Juazeiro-BA	2010	5.099 ha	1.684 ha	2.772 ha	1.110.657.188,59

<sup>10</sup> Os perímetros irrigados são áreas delimitadas e planejadas, dotadas de infraestrutura de irrigação para a fruticultura.

Pontal Sul    Petrolina-    2020    3.428 ha    1.793 ha    1.635 ha    \_\_\_\_\_  
 PE

**Fonte:** Codevasf (<https://www.codevasf.gov.br/assuntos/agricultura-irrigada/projetos-de-irrigacao/em-producao>).

**Elaboração:** autores.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 1, a organização dos perímetros irrigados (Figura 3) ocorre em atendimento às estratégias de territorialização do agronegócio. Em consequência disso, a inserção dessas atividades agrícolas, em escala de produção ampliada, esteve sob o incentivo da modernização tecnicificada voltada ao mercado interno e externo. Possibilitando que extensões do Submédio se tornem receptores experimentais de irrigação.

**Figura 3:** Canal de Irrigação voltado ao abastecimento de uma Fazenda no Município de Petrolina/Pe.



**Fonte:** Autores, 2022. Trabalho de Campo realizado em julho de 2022

Observa-se, a partir disso, que a agricultura irrigada, sob o paradigma do capitalismo agrário, está centralizada no aumento da produtividade e na consolidação das cadeias produtivas da fruticultura. Torna-se, conseqüentemente, inevitável a mercantilização e a monopolização das terras e da água. Tal condição manifesta-se não apenas na concentração fundiária, mas também na determinação de quais culturas as áreas irrigadas devem produzir. Como consequência desse processo,

as relações camponesas transformam-se, passando a ser cada vez mais subordinadas aos modelos de monocultura (Tabela 2).

**Tabela 2:** Dados Produtivos dos Perímetros Irrigados do Polo de Desenvolvimento Petrolina/Juazeiro em 2023.

Perímetros Irrigados	Localização	Principais Cultivos	Toneladas Produzidas	Valor Bruto da Produção (VBP)
Bebedouro	Petrolina-PE	Uva (62%); Manga (25%) Caju (5%) Outras (8%)	29.169 t	R\$ 109.160.804
Mandacaru	Juazeiro-BA	Manga (62%) Melão (13%) Banana (10%) Outras (15%)	8.998 t	R\$ 16.214.835
Curaçá	Juazeiro-BA	Manga (68%) Uva (23%) Outras (9%)	123.396 t	R\$ 280.899.574
Maniçoba	Juazeiro-BA	Manga (74%) Uva (14%) Cana de Açúcar (5%) Outras (7%)	368.520 t	R\$ 487.142.851
Tourão	Juazeiro-BA	Cana de Açúcar (93%) Outras (7%)	1.630.941 t	R\$ 240.658.705
Nilo Coelho	Petrolina-PE	Uva (69%) Manga (17%) Goiaba (5%) Coco (4%) Outras (5%)	775.455 t	R\$ 2.644.278.094
Salitre	Juazeiro-BA	Banana (35%) Manga (33%) Cana de Açúcar (13%) Uva (12%) Outras (7%)	169.597 t	R\$ 125.807.713
Pontal Sul	Petrolina-PE	Uva (61%) Tomate (16%) Banana (8%) Outras (15%)	13.509 t	R\$ 39.516.100

**Fonte:** CODEVASF (<https://www.codevasf.gov.br/assuntos/agricultura-irrigada/projetos-de-irrigacao/em-producao>). **Elaboração:** autores.

A partir disso observa-se que a ocupação das terras agrícolas irrigadas está predominantemente territorializada pelas monoculturas da manga e da uva, ambas consolidadas como mercadorias estratégicas do agronegócio da região para a balança comercial. A exceção ao domínio dessas duas culturas ocorre nos Perímetros Irrigados de Salitre, com a produção de banana, e Tourão, com a cana-de-açúcar. Este último apresenta uma significativa produção sucroenergética, decorrente da presença de um grande empreendimento do agronegócio sediado em Juazeiro-BA.

Ao observar as Tabelas 1 e 2 em conjunto, percebe-se que os resultados da produção agrícola irrigada (em toneladas e valor bruto de rendimento) estão estreitamente vinculados e dependentes das monoculturas especializadas. Nota-se uma diferença percentual significativa entre as duas principais culturas (manga e uva) em relação às demais em cada perímetro irrigado. Mesmo em casos como o de Salitre, onde a banana predomina, a manga apresenta ocupação de área quase equivalente, com 33% frente aos 35% da banana.

Uma outra questão que nos chama a atenção nas análises das Tabelas 1 e 2, e que confrontamos durante determinadas visitas a campo é que, mesmo que as áreas irrigadas apresentam quatro perímetros com a quantidade de lotes familiares superiores aos de empresas, sendo eles, respectivamente: Bebedouro (1.034 ha/familiares), Mandacaru (393 ha/familiares), Nilo Coelho (12.027 ha/familiares) e Pontal Sul (1.793 ha/familiares), todos esses possuem a maior parte das suas produções agrícolas vinculadas à monocultura preconizadas nos lotes empresariais como a uva e/ou a manga.

Realidades como essas coadunam-se com as análises de Martins (2003), ao observar que o capital cria condições para se apropriar da mais-valia dos trabalhadores, mesmo daqueles que ainda não foram separados de seus meios de produção. O autor argumenta que “esse é o caso dos camponeses que, para comercializarem seus produtos, tornaram-se dependentes dos setores comerciais intermediários e dos setores financeiros de que o grande capital se apropriou” (2003, p. 86)

A efetivação desse modelo expõe a monopolização do território em suas mais amplas condições e contradições. Inicialmente, observa-se a determinação das cadeias produtivas da fruticultura irrigada, fazendo com que os pequenos produtores percam sua autonomia produtiva. Em seguida, ocorre o avanço da monopolização das terras e da água, o que potencializa a subordinação do espaço e da força de trabalho aos interesses do agronegócio. Assim, o discurso hegemônico da territorialização do capital sustenta que o problema agrário do semiárido brasileiro é solucionado por meio da integração da região aos interesses do mercado global.

## A FRUTICULTURA IRRIGADA DO SUBMÉDIO ALCANÇA O TOPO DO MERCADO

A partir das análises realizadas até o presente momento do artigo, observa-se que a acumulação produtiva no Submédio do Rio São Francisco é acompanhada de inserções tecnológicas que reforçam o discurso de transformação do semiárido nordestino em um “oásis da fruticultura irrigada”. Assim, a consolidação da cadeia produtiva de frutas na região corresponde aos amplos investimentos do Estado citados no decorrer da escrita.

Nessa perspectiva, a captação dos mais diversos recursos de ordem financeira e política é de caráter sistêmico do agronegócio, para que estes sejam empregados em setores tecnológicos voltados à redução de custos, estímulo à competitividade e aumento do lucro.

A presente condição de modernização, alinhada ao enquadramento da produção nos parâmetros de consumo nacionais e internacionais, impacta diretamente na especialização das fazendas de plantio presentes em nossa realidade de estudo, que passaram a direcionar cada vez mais investimentos aos empreendimentos irrigados.

No que se refere ao cultivo da manga, o território nacional sempre foi, historicamente, um palco da mangicultura, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde predominava em pequenos pomares e quintais desprovidos de tecnologia. Tais plantios permanecem presentes em residências, sítios e chácaras até os dias atuais. Nesse sentido, por décadas, a exploração dessa espécie no país sustentou-se exclusivamente em um modelo extrativista de perfil crioulo<sup>11</sup> durante décadas.

Entretanto, nos últimos anos, o perfil da produção e do consumo alterou-se substancialmente, ao ponto que o Brasil com base na última balança comercial do setor, passou a ocupar a sexta posição mundial entre os produtores de manga por tonelada, atrás apenas da Índia (26 milhões), Indonésia (4,1 milhões), China (3,8 milhões), Paquistão (2,8 milhões) e México (2,5 milhões)<sup>12</sup>.

No Submédio, a manga foi inserida no modelo de monocultura, alinhada aos incrementos tecnológicos e ao uso de insumos para o aumento da produtividade. Esse processo incluiu a implantação de pomares com variedades originárias de outros continentes e subcontinentes, principalmente da América do Norte. Exemplo disso é o predomínio das cultivares *Tommy Atkins*, *Haden* e *Keitt*, que foram introduzidas e apresentaram excelente adaptação ao ambiente semiárido. (Figura 4).

<sup>11</sup> Refere-se a uma abordagem de plantio que respeita ou busca imitar/regenerar o perfil natural e saudável do solo, utilizando práticas e/ou sementes crioulas (tradicional, adaptadas localmente).

<sup>12</sup> EMBRAPA: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/87702249/brasil-bate-recorde-de-receita-e-exportacao-com-manga-produzida-no-nordeste> . Acesso em: 12 jun. 2024.

**Figura 4:** Monocultura de Plantio da Manga do tipo *Thommy Atkins* - Localização nas imediações da Usina Hidrelétrica da CHESF em Sobradinho-Ba.



**Fonte:** Autores, 2023. Trabalho de Campo realizado em julho de 2023.

Desse modo, o cultivo da manga no Submédio, pode ser classificado em dois períodos distintos. Inicialmente, encontramos plantios extensivos de variedades locais, desprovidos de tecnologias específicas e voltados para o mercado interno de consumo local ou regional. Posteriormente, após os perímetros irrigados, caracterizamos a mangicultura a partir de um elevado nível tecnológico aplicado em todos os processos de manejo da espécie, tais como a nutrição do solo, irrigação, inserção e manejo de variedades exóticas e conquistas da produção local nos mercados internacionais.

Ao consultarmos publicações da Embrapa, sobre a fruticultura irrigada da região, encontramos as seguintes análises sobre o plantio da cultura da manga:

A mangicultura desenvolvida nessa região destaca-se consideravelmente no recente cenário de mercado em decorrência da expansão da área total cultivada, do expressivo volume de produção verificado, dos elevados rendimentos alcançados e da qualidade da fruta produzida. Demonstrando sintonia com as tendências de consumo observadas nos mercados mundiais de suprimentos de frutas secas, o Vale do Submédio do Rio São Francisco inclina-se, atualmente, para a produção de mangas de acordo com as normas de controle de segurança dos sistemas de produção preconizadas tanto pela legislação nacional como pela legislação internacional (EMBRAPA, 2009, p.36).

No caso da uva, observam-se particularidades similares e distintas das verificadas na cultura da manga. Embora a videira também seja beneficiada pela infraestrutura irrigada e pelos fatores edafoclimáticos característicos da latitude do semiárido, sua condição fisiológica, expressa por induções genéticas que visam o alto desempenho produtivo permite a obtenção de duas e meia a três safras ao ano. Tal fenômeno diferencia o Submédio de qualquer outra região produtora da fruta no Brasil e no mundo quanto ao volume de safras anuais.

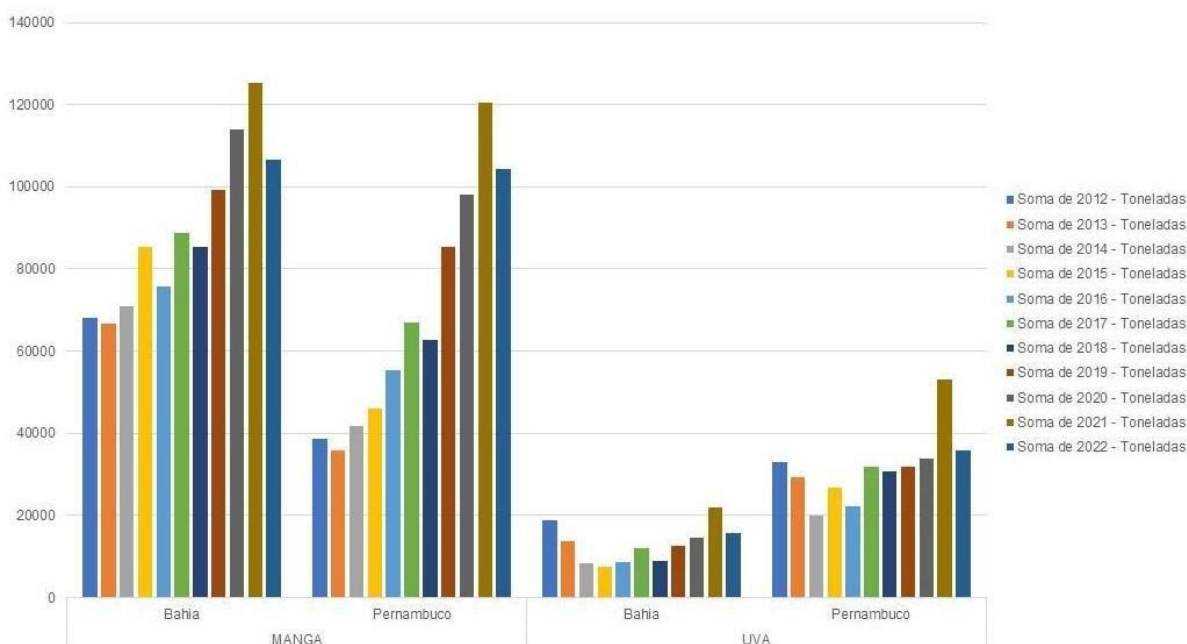
Em função da dependência hídrica constante, as videiras são irrigadas via gotejamento durante todo o ciclo entre o plantio e a colheita. Esse ritmo intensivo demanda maior aporte de água e mão de obra, além de uma rigorosa gestão das terras agricultáveis, visto que as variedades de uva são mais diversificadas que as da manga e possuem relação direta com as exigências dos mercados consumidores.

A partir da organização dos dados quantitativos apresentados a seguir, é possível analisar a difusão da viticultura do Submédio, inserindo-a na dinâmica de produção, circulação e consumo de frutas em âmbito nacional e global.

Segundo a Embrapa (2023), em termos de volume produzido, o Brasil colheu cerca de 853 mil toneladas no ano de 2023, desse número, a região nordeste participou com aproximadamente 67% de todo o valor bruto, e tendo o Submédio contribuído com cerca de 554 mil toneladas. Em valores comerciais, a viticultura brasileira gerou um valor superior aos 3,5 bilhões de reais, sendo que a participação do nosso foco analítico de pesquisa alcança o total de 2,2 bilhões de reais.

Com isso a especialização produtiva em torno das culturas de manga e uva, voltada para o mercado nacional e internacional, torna a nossa região de pesquisa o maior produtor de manga e uva do país, cultivando inclusive variedades determinadas pelas particularidades do destino de exportação. Tal cenário denota um desenvolvimento produtivo em destacáveis proporções (Gráfico 1).

**Gráfico 1:** Soma da Produção de Uva e Manga no Submédio do Rio São Francisco entre 2012/ 2022.



Fonte: MDIC/ComexStat e Abrafrutas (<https://abrafrutas.org/paineis-de-producao/>)

Elaboração: Autores, março de 2024.

O gráfico acima expõe a soma da produção das culturas de manga e uva durante o período de 2012-2022. Essas duas cadeias de fruticultura representam as principais mercadorias produzidas no Submédio. Destacam-se os valores brutos de uma organização produtiva baseada na obtenção de elevados índices de produtividade, que priorizam o modelo de monocultura e a adaptabilidade de tipologias genéticas. Tais características permitem um número ampliado de safras anuais, tanto na mangicultura quanto na viticultura.

No que se refere à exportação, segundo dados coletados em trabalhos de campo realizados durante as safras de 2023 e 2024, os destinos da produção do Submédio tanto na mangicultura quanto na viticultura são similares. Para além do mercado nacional, a maior parte da produção destina-se aos Estados Unidos e à União Europeia, seguidos por Canadá e Ásia. Residem nesse fato, inclusive, as preferências por variedades de manga e uva originárias da América do Norte, as quais, conseqüentemente, possuem maior abertura comercial nesses mercados

Depreende-se, portanto, a partir das análises apresentadas até o presente momento, que a consolidação das relações do agronegócio nas áreas estudadas integra o Submédio do Rio São Francisco aos circuitos globais de produção e consumo de frutas.

Mediante isso, o que se observa na região é a consolidação de uma agricultura globalizada, amparada na reestruturação produtiva do modo de produção capitalista. Este processo, por sua vez, alinha-se às ações do Estado em articulação com projetos de ampliação da acumulação do capital.

Segundo Santos (2016) esses movimentos trazem consigo objetos técnicos funcionais, relacionados à ampliação das relações mercantis e a construção de sistemas que proporcionam maior fluidez territorial de mercadorias. Condição essa que impulsiona a atração da mobilidade do trabalho de populações que mantinham as suas relações de produção agrícola em pequenas e médias unidades produtivas da agricultura familiar, mas que, atualmente, estão inseridas no processo de subordinação da sua mão de obra ao assalariamento em fazendas da fruticultura irrigada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer das exposições apresentadas neste artigo, enfatizamos o nosso objeto empírico de estudo, demonstrando como as estratégias do capital agrário direcionam, por meio de programas estatais, a promoção de um modelo hegemônico de produção agrícola.

Observamos que a criação de órgãos como a SUDENE e a Codevasf, somada ao fomento de entidades como a Embrapa e o Banco do Nordeste, vincula-se à defesa de um discurso de desenvolvimento nacional alinhado à expansão do agronegócio. Nesse processo, o Estado atua como

elemento central, inclusive mediando os interesses do capital. Nesse sentido, os objetivos institucionais dessas entidades estatais favorecem o aprofundamento da acumulação e a concentração de renda no campo, bem como a exploração do recurso de maior valor produtivo do semiárido nordestino: a água, aqui representada pelo curso fluvial do Rio São Francisco.

Assim, a fruticultura irrigada territorializa a região por meio de cadeias produtivas de monoculturas. O capital agrário, sob a face do agronegócio, encontra no Submédio a espoliação das condições produtivas da natureza. Nesse contexto, o Estado entra em cena ao investir em infraestrutura e tecnologia, impulsionando a produção de frutas tropicais para atender às demandas do mercado global.

Com isso, o Submédio, em sua profunda complexidade, expõe as dicotomias orgânicas do modo de produção capitalista, à medida que a acumulação do capital e do lucro sobrepõe os princípios da soberania popular na produção alimentar do campo.

## REFERÊNCIAS

ABRAFRUTAS. **Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados**. Disponível em <https://abrafrutas.org/paineis-de-producao/#abaixo>. Acesso em: 19 de março de 2025.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1980. 278p.

BLOCH, Didier. **As frutas amargas do velho chico** – Irrigação e desenvolvimento no Vale do São Francisco. São Paulo: Livro Terra/Oxfan, 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). **Comércio Exterior**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/comercio-exterior>. Acesso em: 19 de março de 2025.

CARLOS, Ana. Fani Alessandri. **A condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. O Agronegócio do coco no Brasil e a territorialização do capital. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 117–143, 2019. DOI:10.33026/peg.v19i3.5843. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5843>. Acesso em: 01 abr. 2025.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 2008.

ELIAS, Denise. PENSANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE CIDADES DO AGRONEGÓCIO. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 1, 2022. DOI: 10.12957/tamoios.2022.63811. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/63811>. Acesso em: 02 abr. 2025.

EMBRAPA. **Boletim PAM IBGE: Análise dos resultados da Produção Agrícola Municipal 2022**. Campinas, SP: Embrapa Gestão Territorial, 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/1355026/61396182/Boletim+Uva+-+Exportacoes+Janeiro+2025/7cb49125-39bc-0e92-2319-12d827bcbf86>. Acesso em: 21 nov. 2024.

EMBRAPA. **Subsídios técnicos para a indicação geográfica de procedência do Vale do Submédio São Francisco**. Petrolina: Embrapa Semi-Árido, 2009. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/580188/1/SDC222.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2024.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

LIMA, Lucas Gama. **Despindo o estratagema das políticas de desenvolvimento territorial no alto sertão sergipano: o (des)maskamento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificante**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. Série BNB Teses e Dissertações, n.32. 2012.

LISBOA, Josefa de. **A trajetória do desenvolvimento para o nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. 2007. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2007.

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade vista do Abismo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o omitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro – 1944-2008**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1997.

SANTOS, Ana Rocha dos. **O desvelar das contradições do modelo de descentralização: as interfaces escalares na conformação do sistema único de saúde em Sergipe**. 2008. 348f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2008.

SANTOS, Camila Dutra. **Difusão do Agronegócio e Reestruturação Urbano-Regional no Oeste Baiano**. 2016. 450 f. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, 2016.

\_\_\_\_\_. **Difusão do agronegócio e reestruturação urbano-regional no Oeste Baiano**. Geotextos (Online), v. 12, p. 157-181, 2016. <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/15381> Acesso em: 17 mar, 2025.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias Sousa. **O agro-hidronegócio no Vale do São Francisco: território de produção de riqueza e subtração da riqueza da produção**. 2013. 356f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão- SE, 2013.